

Universidade de Brasília  
Departamento de Psicologia  
Pós Graduação

**Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no  
contexto da Diversidade Cultural.**

**Projeto Político Pedagógico e os  
Direitos Humanos no Ensino  
Fundamental.**

**Kamilla Beatriz Porto Feitosa**

**Julho de 2016**

**“A revolução social deve buscar sua  
poesia no futuro.”**

**Carlos Motta**

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	4
OBJETIVOS -----	5
OBJETIVO GERAL -----	5
OBJETIVOS ESPECIFICOS -----	5
JUSTIFICATIVA -----	6
O PROJETO POLITICO PEDAGOGICO -----	7
ESCOLA CIDADÃO E O P.P.P -----	9
EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS NO CEF DO BOSQUE -----	18
PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DO CEF DO BOSQUE -----	34
CONCLUSÃO -----	39
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	40

# INTRODUÇÃO

A Educação é o principal meio para promover uma mudança de pensamento e de atitude em nossa sociedade, oportunizando aos jovens o conhecimento de seus direitos e o compromisso de vivenciá-lo e passá-lo as gerações futuras, garantindo assim, uma coletividade mais justa e igualitária.

Durante nosso curso, aprendemos através dos textos e fóruns, que a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo o ensino de valores que fazem parte dos relacionamentos entre os indivíduos e todos os grupos sociais nos quais estão inseridos; escola, igreja, família, amigos.

E no ambiente escolar que a Educação em Direitos humanos ganha mais força e amplitude. A escola possui uma função social de transmitir aos jovens, durante seu período mais importante de formação, valores e direitos que serão inefáveis ao longo da vida, para qualquer pessoa.

É dentro deste contexto que o P.P.P entra em ação. Toda escola possui autonomia para elaborar seu PPP. De acordo com Ilma Passos `é necessário que haja uma certa rejeição da influencia burguesa em relação aos direitos escolares e mais do que nunca necessitamos de lutarmos em prol de direitos iguais para todos os estudantes. O PPP tem sido objetivo de estudos tanto quanto a temática dos direitos humanos. Em quaisquer esfera do nosso país.

O presente trabalho visa explanar sobre o projeto político pedagógico do Centro de Ensino Fundamental do Bosque levando em consideração sua atuação na formação dos estudantes na área dos direitos humanos.

O ensino fundamental, por ser a etapa da educação básica de maior abrangência em termos de público e atendimento, e pelas suas especificidades, é visto neste projeto sob o lema da igualdade na diversidade pelo fato de que, além de buscar a garantia do atendimento como direito de todos, de forma igualitária, reconhece na diversidade o caminho para entender os sujeitos como indivíduos que possuem diferentes interesses e necessidades.

## **OBJETIVO GERAL**

Analisar o projeto político pedagógico do Centro de Ensino Fundamental do Bosque importância na formação e construção da cidadania dos estudantes do ensino fundamental II por meios de projetos que transforme a escola atual em escola cidadã atuante na educação em e para os DIREITOS HUMANOS.

## **OBJETIVOS ESPECIFICOS**

- Conhecer o projeto político pedagógico do Centro de Ensino Fundamental do Bosque visando sua eficiência e contribuição para a formação social, cultural e política e humana de seus estudantes.
- Promover a acessibilidade dos estudantes no conhecimento de seus direitos e deveres
- Conscientizar jovens e adultos de seus direitos enquanto cidadãos pertencentes a uma sociedade mais justa e tolerante com as diferenças
- Analisar a estrutura administrativa e pedagógica das escolas de ensino fundamental no que diz respeito a ensino/aprendizagem.
- Verificar a estrutura do currículo quanto a temática dos Direitos Humanos
- Ampliar o processo decisório dos estudantes e seus familiares na elaboração do PPP

## **JUSTIFICATIVA**

Educar é o desafio central da nossa sociedade. O Brasil é caracterizado por violar frequentemente os direitos humanos em quaisquer esfera da nossa população. Sendo assim é necessário e urgente que os projetos político pedagógicos das escolas incluam em sua temática o eixo dos DIREITOS HUMANOS, afim de proporcionar aos jovens estudantes desde mais tenra idade uma nova cultura de valorização e conhecimento desses mesmos DIREITOS HUMANOS.

A Constituição assegura que todos tem direito garantido a Educação conforme seu artigo 5. É dever do Estado promover uma educação de qualidade a todos, é o chamado Direito Humano Essencial. O projeto político pedagógico das escolas deve vislumbrar ações que possibilitem o ensino\aprendizagem desses direitos e deveres ao estudantes como parte do a construção de sua cidadania e dignidade.

A educação está presente em todas as esferas da nossa vida. E Educar é tornar-se humano. É impossível que o indivíduo pense fora de sua história e os Direitos Humanos fazem parte da história de cada sujeito presente em uma sala de aula.

Todos somos sujeito de direitos e desejosos de construir uma coletividade mais justa e igualitária, ansiosos por uma sociedade sem preconceitos e sem visão limitada do próximo, buscando uma mudança efetiva de pensamento onde se inclui aceitação e empatia de forma consciente e igualitária.

## **O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é uma ferramenta de planejamento, orientação e construção de diretrizes para a rede pública de ensino do Distrito Federal e, como tal, requer que as políticas e ações propostas sejam referência para o trabalho desenvolvido para todas as instâncias. Devido a sua dinamicidade o PPP requer uma avaliação/reestruturação a partir de novas ações que devem ser implantadas.

Cabe esclarecer que é o PPP um documento onde estão expostas as diretrizes pedagógicas ou operacionais para se delinear uma educação compromissada com a formação integral do educando, a sustentabilidade humana como princípio das políticas públicas que se propõe efetivar, enfim, nossas opções de ação pedagógica e política frente aos desafios que devem ser transpostos na busca de uma educação com qualidade social para a população do Distrito Federal.

Contudo, não se pode confundir o PPP da SEDF com o PPP das unidades escolares, pois o primeiro não substituirá os demais. Precisamos compreender o presente documento como norteador dos Projetos Político Pedagógicos a serem construídos coletivamente por todos os segmentos atuantes na comunidade de cada unidade escolar, pautados na perspectiva apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional 9.394/96 – LDB, de que as unidades escolares, respeitando as normas e propostas de seus sistemas de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar suas propostas pedagógicas<sup>1</sup>, dentro dos preceitos da gestão democrática.

Em 17 de junho de 1960, foi constituída a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), já que a CASEB possuía caráter transitório. A Fundação foi criada para dar flexibilidade e eficácia aos procedimentos administrativo-financeiros. No começo dos anos 1960, dois fatos importantes: a constituição do Conselho de Educação do DF (1962), composto por nove membros indicados pelo então Prefeito; e, logo, em 1964, a expansão do Plano de Construções Escolares foi interrompida com o golpe de Estado. No período do golpe, o sistema de ensino mudou de denominação jurídica: CASEB, FEDF, Superintendência de Educação e Cultura e Secretaria de Educação e Cultura. A

Secretaria fortalece-se em detrimento da FEDF, que deixou de ser uma entidade de direito privado e passa a ser um órgão descentralizado (1965).

Em meados dos anos 1970, iniciou-se uma gradual abertura política do regime militar. Na década seguinte, a Nova República instala-se no Brasil em 1985 e na FEDF já era possível perceber uma inflexão democratizadora da administração do sistema. Em 1988, implantou-se uma reforma administrativa importante no sistema de ensino. Os Complexos Escolares - criados em 1977 como instâncias descentralizadas para responder ao crescimento da rede – foram substituídos pelas Diretorias Regionais de Ensino. E, em agosto do mesmo ano, foi fundada a EAP (Escola de Aperfeiçoamento de Pessoal). A Constituição permitiu que o Distrito fosse retirado da condição de área de segurança nacional e alcançasse a emancipação política. Desde 1990, temos um calendário eleitoral para o legislativo e o executivo. Durante todo este tempo, a bandeira da Gestão Democrática foi continuamente empunhada pelos setores progressistas, tanto da sociedade civil quanto do Estado.

A década de 90 foi marcada pela gestão democrática e popular consubstanciando grandes conquistas para a educação do DF, dentre elas, destaca-se a gestão democrática com eleição direta para diretores e conselhos escolares, a conquista da coordenação pedagógica, além da implantação da Escola Candanga. Em 2000, dois decretos alteraram a gestão do sistema. O Decreto 21.396 dispôs sobre a extinção da FEDF e o Decreto 21.397 instituiu uma nova estrutura para a secretaria, que passou a denominar-se Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. O fim da Fundação Educacional fez com que todos os processos administrativos e pedagógicos afluíssem para a SEDF.

Hoje, a SEDF oferta todas as etapas e modalidades da Educação Básica, tendo universalizado o Ensino Fundamental. A recente Emenda Constitucional nº 59, de dezembro de 2009, ampliou a obrigatoriedade do ensino dos quatro aos dezessete anos de idade até o ano de 2016. Ou seja, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Por isso, nossa rede pública de ensino trabalha no sentido de atender ao imperativo constitucional.



Um dos objetivos do P.P.P. é tornar a escola pública como cada vez mais pública, mais democrática, mais cidadã, mais cumpridora do seu objetivo: formar integralmente seus estudantes, torna-los humanos.

## **ESCOLA CIDADÃ E O P.P.P.**

Segundo o marco normativo brasileiro, é princípio e finalidade da educação a formação de cidadãos. Tanto a Constituição Federal como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB estabelecem que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O cidadão pleno é aquele que consegue exercer, de forma integral, os direitos inerentes à sua condição. A cidadania plena passa a ser, desse modo, um ponto de referência para a permanente mobilização dos sujeitos sociais.

Pensar sobre o papel que a educação cumpre na atualidade requer pensar sua função, sua organização e o envolvimento dos sujeitos. Requer, sobretudo, pensar nas realidades que vivem e convivem no espaço escolar, considerando o momento em que as desigualdades e injustiças sociais expõem os equívocos de um modelo de desenvolvimento econômico e social que visa apenas ao lucro imediato de uma minoria (GADOTTI, 2000) e transforma as relações humanas em relações de mercado. Esse modelo, fruto das políticas capitalistas, leva as pessoas a um processo de personalização e competitividade que alteram o modo de ver, entender e agir – ou não agir – na vida, no qual as aspirações e a realização individuais estão fortemente vinculadas aos imediatismos que se refletem no consumo descartável (LIPOVETSKY, 2007), em uma lógica de felicidade efêmera, que dura o tempo que o objeto de consumo durar ou até que um novo surja.

Marca indelével desse modelo, em todo o mundo, é o abismo cada vez maior entre pobres e ricos; entre os excessivamente alimentados e os que sofrem de fome crônica; entre os moradores de palácios e os sem-teto de todas as origens, disparando o detonador da pior de todas as armas: a injustiça social, fomentadora da indiferença, da crueldade e da violência. Uma forma clara de violação dos Direitos Humanos.

Na sociedade de agora, o conceito de consumo extrapola a dicotomia oferta-compra, abrangendo as relações sociais, existenciais, afetivas, de status e poder, alterando o mundo da produção e do trabalho e, conseqüentemente, da educação. O consumo é um processo motivado pela falsa sensação de felicidade e bem-estar, associada às marcas, à tecnologia, à exclusividade e ao imediatismo, que povoam o imaginário coletivo e submetem os sujeitos aos apelos insistentes de novos produtos com ciclo de vida cada vez mais curto (LIPOVETSKY, 2007) e, mais grave, que geram uma quantidade incalculável de resíduos para o meio ambiente.

O consumo predatório atinge diretamente os recursos e reservas naturais do planeta, quer pela utilização de tecnologias sujas, quer pelo desmatamento descontrolado, quer pela ocupação desordenada do solo, quer pelo extermínio de espécies da flora e da fauna, além do mais o total desrespeito aos direitos humanos e essa desfiguração excessiva da Terra coloca em risco as condições de vida das gerações futuras e a própria manutenção das gerações de agora. Que o digam a falta de alimentos, a escassez de água, o aquecimento global e as abruptas mudanças climáticas. E essas relações, marcos da contemporaneidade, afetam as sociedades pelo potencial destrutivo e pela voracidade com que os hábitos consumistas entram em contradição com a natureza como fundamento da vida (GADOTTI, 2000), chamando a atenção para uma questão emergente que precisa ser posta em debate: a sustentabilidade humana.

A ideia de sustentabilidade humana ultrapassa a teoria do desenvolvimento sustentável, embora encontre nela seu nascedouro, na medida em que, para além da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente, busca uma reflexão-ação que articule todas as áreas e aspectos da vida, em uma perspectiva orgânica, segundo a qual Terra e seres humanos emergem como uma entidade única (BOFF, 1995). Nesse sentido, pensar a sustentabilidade exige o exercício humano de pensar as múltiplas dimensões do próprio ser, em uma visão holística, integral, exige que se pense de forma urgente em DIREITOS HUMANOS.

A educação em e para os Direitos Humanos não deve estar apenas centrada na liberdade individual em detrimento da justiça social e da vida em coletividade. A ideia de Direitos Humanos parte da ressignificação do conceito de homem e de mulher como força de trabalho, para quem as relações se restringiam ao próprio capital e à luta de classes, e de uma concepção de ser humano e sociedade como elementos inseridos

dentro da natureza, e não dela apartados, cujo bem-estar não se limita à satisfação dos aspectos estéticos e fisiológicos, mas, sobretudo, busca os aspectos éticos e as relações minimamente justas e de convivência pacífica. Representa uma busca por uma sociedade mais justa, tolerante e igualitária.

O raciocínio sustentável exige a busca pelo bem-estar “sociocósmico” (BOFF, 1995), para o qual não basta que o humano esteja bem atendido em seus direitos e necessidades básicas, sem que também o estejam os demais seres e elementos da natureza, posto que, juntos, constituem a comunidade planetária. Há, ainda, que se pensar o uso racional dos recursos tecnológicos e das fontes de energia como componentes indispensáveis a uma sociedade que tem respeitado seus direitos.

É este o grande desafio da educação do presente: transformar a sociedade, conduzindo o processo de transição para uma humanidade sustentável. Essa construção só se torna possível por meio de uma pedagogia que se preencha de sentido, como projeto alternativo global, em que a preocupação não está centrada na preservação da natureza ou no impacto da intervenção humana sobre os ambientes naturais, mas em um novo modelo de civilização, sustentável, implicando uma mudança radical nas estruturas econômicas, sociais e culturais vigentes.

Essa mudança está ligada a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje (BENFICA, 2011), em prol da felicidade real, interna, que depende do exercício da alteridade e, portanto, da solidariedade como prática democrática. A construção de outra sociedade mais humana e mais tolerante deve ser a meta primordial da educação formal, que transcende os muros da escola. Formalmente, a escola é o espaço determinante para que se concretize a ação educativa. Nesse sentido, Petitat (1994) explicita que a escola serve tanto para reproduzir a ordem social como para transformá-la, seja intencionalmente ou não.

Além disso, a escola é o espaço de socialização de crianças, jovens, adolescentes, adultos e idosos, bem como espaço de difusão sociocultural; e também é um espaço no qual os sujeitos podem se apropriar do conhecimento produzido historicamente e, por meio dessa apropriação e da análise do mundo que o cerca, em um processo dialético de ação e reflexão sobre o conhecimento, manter ou transformar a sua realidade. A escola é uma instituição social que pode ocasionar mudanças diante das

lutas ali travadas, por meio de sua prática no campo do conhecimento, das atitudes e dos valores, de articular e desarticular interesses (FRIGOTTO, 1999).

Por essa razão, não se deve perder de vista a ideia de que as ações pedagógicas refletem as concepções, estejam elas explícitas ou não. O papel da educação no espaço escolar requer o fim da ingenuidade sobre as disputas ideológicas ali presentes. As ações, democráticas ou autoritárias, revelam a formação oferecida. Por isso, é preciso questionar sobre a escola que temos e a escola que queremos construir e isso implica problematizar as ações, articular os segmentos que desempenham suas funções e, como proposto pela gestão democrática, favorecer as instâncias coletivas de participação. Dessa forma, proporcionar uma educação que possibilite o desenvolvimento do pensamento crítico, que problematize a realidade e a comunidade, que reconheça o território de influência da escola no desempenho de sua função de formadora de sujeitos históricos é, a nosso ver, o caminho para fazer uma educação que seja transformadora da realidade.

De forma mais abrangente, uma rede de ensino necessita que sua ação e seu trabalho sejam orientados por uma linha, uma concepção de educação. O projeto Político Pedagógico de uma escola deve preconizar uma educação que priorize a formação integral do ser humano. Em outras palavras, a educação deve contemplar as diversas dimensões que formam o humano, não apenas os aspectos cognitivos. Deve reconhecer que, como sujeitos de direitos e deveres, é imprescindível que se oportunize aos estudantes o despertar de outras dimensões, entre elas: a ética, a artística, a física, a estética e suas inter-relações com a construção social, mental, ambiental e integral do desenvolvimento humano.

Por essa razão, o processo educativo deve se pautar na realidade, entendida como algo não acabado e sobre a qual podemos intervir. Essa intervenção deve caminhar pela integração entre a escola e sua comunidade na perspectiva de compreensão da área de abrangência próxima como território que intervém na formação dos sujeitos, proporcionando uma educação que extrapola a mera aprendizagem cognitiva e observa a integralidade humana.

Na perspectiva de compreensão do homem como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do

contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. [...] A educação, como constituinte do processo de humanização, que se expressa por meio de mediações, assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria-prima da constituição da vida pessoal e social (GUARÁ, 2006, p.16).

A educação oferecida deve reconhecer, assim, a necessidade de uma articulação intersetorial entre a escola, a comunidade, os movimentos sociais, o sistema produtivo local, as associações, clubes e o poder público, pelo reconhecimento de que a educação acontece em diferentes esferas, tempos e espaços para construção de um projeto que tenha a justiça social e a justiça ambiental como referência. A educação em e para os Direitos Humanos pode ser vista sob dois aspectos: como concepção e como processo pedagógico. Como concepção, visa à formação humana em suas múltiplas dimensões. Em outras palavras, não é possível educar sem reconhecer que os sujeitos se constituem a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética, estética, que, pela complexidade das relações que se estabelecem entre todos os elementos que coabitam a Terra, dialoga amplamente com as dimensões ambientais e planetárias, em um novo desenho das relações humanas e sociais. Vista dessa forma, a Educação requer que estejam integrados e sejam ampliados, de forma qualitativa, espaços, tempos, saberes e conteúdo. Como processo pedagógico, a educação integral prevê práticas não dicotomizadas, que reconhecem a importância dos saberes formais e não formais, a construção de relações democráticas entre pessoas e grupos, imprescindíveis à formação humana, valorizam os saberes prévios, as múltiplas diferenças e semelhanças e fazem de todos nós sujeitos históricos e sociais.

A educação deve ser fomentada a partir da realidade dos sujeitos envolvidos no trabalho realizado, realidade esta que não se restringe ao campo das relações humanas e sociais entendidas apenas como as relações entre humanos. Deve conectar os saberes construídos historicamente, associados aos saberes construídos pela comunidade, e que incorporam uma nova mentalidade, um novo jeito de ser, estar e se relacionar no mundo, para que nela adquiram sentido e sirvam como mobilizadores de ações e atitudes, visando à formação solidária fundada no respeito, na autonomia, a favor do bem comum e da transformação social, numa perspectiva de construção de consciências

de corresponsabilidade para com o futuro do planeta e a sobrevivência das gerações futuras.

A ação educativa deve ir além das aprendizagens de conteúdos formais, reconhecendo diferentes espaços, etapas, tempos e ferramentas educativas para que se consiga superar a distância entre o que se constrói dentro e fora da escola, porque

[...] o sujeito produtor de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal; pelo contrário, é um sujeito ativo que, em sua relação com o mundo, com seu objeto de estudo, reconstrói (no seu pensamento) este mundo. O conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar do homem (REGO, 2002, p.98).

A aprendizagem é um processo que se desenvolve com a maturidade natural do organismo humano, com o contato com a cultura produzida historicamente e por meio das relações sociais mediatizada pelo mundo (FREIRE, 2003). Portanto, não se desconsideram os espaços formais e tradicionais de construção do conhecimento, pois é preciso ressignificá-los do ponto de vista dos ambientes e dos materiais, bem como ampliar o leque de possibilidades para além dos espaços escolares, construindo um pacto pedagógico, no qual escola e comunidade assumam responsabilidades socioeducativas na perspectiva de construção do território educativo. A educação, nesse sentido, deve reconhecer práticas dialógicas entre os sujeitos para o respeito aos direitos e à dignidade humana, de forma que, participativa e democraticamente, se tenha a garantia da cidadania ativa.

Para efetivação dessa proposta, a escola necessita reorganizar o seu trabalho, seu planejamento, sua coordenação coletiva. Reconstruir a relação entre o sujeito e o conhecimento, para subverter a lógica que separa pessoas e saberes, prazeres e descobertas, respeito e diferenças. Reconhecer que democracia, solidariedade e liberdade, tolerância devem orientar o trabalho pedagógico. Há ainda que se considerarem as novas formas de ensinar e aprender que, a exemplo da transcendência espacial, requerem a conexão com as novas realidades do tempo presente, como o diálogo com as novas tecnologias.

Construto importante do conceito de sustentabilidade humana, o uso racional e pacífico com as tecnologias deve permear as relações pedagógicas, a partir dos

instrumentos e materiais de apoio e mediação pedagógica. Levy (1999) nos alerta que qualquer projeção a ser feita sobre o futuro da educação e das sociedades deve considerar as novas relações com o saber, dada a velocidade com que os saberes são renovados e os meios que estão a esse serviço.

O número de crianças que têm acesso a computadores e à internet, por exemplo, vem aumentando consideravelmente, na mesma proporção em que a faixa etária de iniciação tecnológica diminui sensivelmente. Antes domínio dos adolescentes, hoje as tecnologias digitais fazem parte do universo infantil desde a mais tenra idade. Já na primeira infância, crianças manipulam, com naturalidade, aparelhos celulares e computadores de mão de seus pais, (JORDÃO, 2009), familiarizando-se rapidamente com os utilitários da atualidade.

Chamadas “nativas digitais”, essas crianças ingressam na escola não apenas habituadas aos aparatos tecnológicos, mas também a uma nova rotina, deles advinda, que lhes permitem desenvolver diversas atividades ao mesmo tempo. Para elas é usual ouvir música no MP3 player, enquanto enviam mensagens pelo celular, acessam sites, baixam fotos, realizam a pesquisa encomendada pelo professor e, ainda, aprendem (MARTINS, 2009). As novas formas de acesso à informação (hiperdocumentos, mecanismos de busca, software, redes sociais, etc.), os novos estilos de raciocínio e de conhecimento, que não advém da dedução lógica ou da indução a partir da experiência, compõem o campo das tecnologias intelectuais que são facilmente reproduzidas ou transferíveis e compartilhadas entre inúmeros indivíduos, aumentando consideravelmente o potencial de inteligência coletiva (LEVY, 1999).

Neste novo contexto, a sala de aula tradicional, que guarda identidade com a metáfora da transmissão/aquisição do conhecimento, ganha novos contornos. O arrojo das tecnologias educacionais associado ao gerenciamento de atividades guiadas pela participação, que priorizam a noção de conhecimento como construção e colaboração (PAIVA, 2010), remetem a práticas inovadoras, que rompem com a aula objetivista e buscam uma mudança de paradigma, apoiando-se em novas ferramentas, como os ambientes virtuais de aprendizagem (PAIVA, 2010).

Os ambientes virtuais de aprendizagem proporcionam ao estudante uma diversidade de ferramentas de comunicação e experiências desafiadoras, mais

elaboradas e em redes colaborativas. Entretanto há uma dicotomia, criamos jovens cada vez mais solitários e menos tolerantes, mais introspectivos dentro de seus próprios mundos.

A atuação do professor, nesse contexto, deve superar uma visão reducionista das tecnologias digitais numa perspectiva meramente técnica, e centrar-se no acompanhamento e na gestão das aprendizagens, que se traduzem no incitamento às trocas de saberes, na mediação relacional e simbólica, na condução personalizada pelas rotas de aprendizagem, constituindo uma relação dialógica que leva em consideração as diferentes formas de aprender dos alunos (LEVY, 1999). O educador deve então tornar a sala de aula um lugar mais humano, deve tentar sensibilizar sua prática pedagógica.

A modernização dos processos educativos, concebidos em um projeto de sustentabilidade humana, prevê o suporte do Estado para a efetivação de suas ações, abrangendo tanto a aquisição de computadores de última geração para estudantes e professores, quanto o apoio formativo para a otimização de seu uso. Consolida-se assim, a educação com a visão da integralidade humana a qual prenuncia a gestão democrática, o planejamento e a construção coletiva como exercício fundamental, para que os profissionais e estudantes sejam favorecidos no desenvolvimento de práticas pedagógicas que ultrapassem o simples diálogo entre os saberes, provocando uma nova práxis do trabalho educativo e da reorganização dos processos de aprendizagens. Dessa forma estaremos iniciando uma educação em e para os Direitos Humanos no ambiente escolar seja qual for o segmento educacional que o professor atue.

Outros fatores agregam-se a esse processo de construção da educação, entre eles a intersetorialidade e a participação estudantil. O entendimento de intersetorialidade surge pelo fato de a educação ser direito de todos e um compromisso do governo, sociedade civil e comunidades pertencentes à ampla rede de instituições que circundam a escola. Portanto, requer ações coletivas e organizadas em função das aprendizagens e do reconhecimento da escola como espaço de referência da ação social e da construção de territórios educativos.

Já a participação estudantil diz respeito à importância democrática de garantir o direito dos estudantes de serem partícipes do processo educativo e da vida da comunidade. As deliberações da escola devem contar com a participação de seus



estudantes, que são os sujeitos para os quais a escola organiza suas ações. Como já enunciado, o entendimento de uma Educação em e para os Direitos Humanos não se pode resumir a ampliação do tempo de permanência do estudante na escola. Apesar de esse fator ser importante para a melhoria na qualidade da educação, não é só isso que dará conta de tal papel. Associados à proposta de ampliação de tempo, visamos, ainda, à ressignificação e ampliação de espaços e tempos escolares, de modo a oportunizar a aprendizagem do cidadão em suas múltiplas dimensões e na perspectiva da sustentabilidade humana, da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade.

Nesta mesma linha, temos, ainda, a recomendação do Plano Nacional de Educação, Lei nº10.172/2001, artigos 21 e 22, que apontam para a necessidade de educação em e para os direitos humanos e a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu artigo 221. Somado a isso há o Decreto nº 33.329, de 10/11/2011, que regulamenta a Lei Federal nº 4.601, de 14 de julho de 2011, instituindo o Plano pela Superação da Extrema Pobreza, DF sem Miséria, que, em seu art. 43, apresenta a necessidade de implantação progressiva da educação em direitos humanos nas regiões de vulnerabilidade social.

De todo modo, só faz sentido implementar a educação em e para os Direitos Humanos no PPP, se este fizer uso de projetos que represente uma ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras. Mais que isso, é preciso que tal ação possa tornar a progressão do estudante no sistema de ensino exitosa. Os conteúdos propostos devem ser ressignificados, revestidos de caráter exploratório, vivencial e protagonizados por todos os envolvidos na relação de aprendizagem e ensino. Assim, essa concepção de educação em e para os Direitos Humanos para o ensino fundamental, do ponto de vista da sua qualidade e, paulatinamente, de sua quantidade, deve ser referência em que as ações, em todas as instâncias e em todos os espaços educativos, sejam orientadoras do sistema.

## **EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS**

Antes de qualquer coisa é importante nos dar por conta de que o projeto político pedagógico (P.P.P.) tem se apresentado como objeto de estudos tanto para professores quanto para pesquisadores, perpassando instituições, num âmbito nacional, estadual e municipal.

Entendemos que a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo educativo. Entretanto, não é um universo separado do conjunto da sociedade, mas mantém particularidades históricas, sociais, culturais que a diferenciam de outras instituições. A educação não se dá apenas na escola, mas é importante destacar que nela ações sistematizadas de aprendizagens e de ensino têm centralidade, pela natureza de seus objetivos. A escola é um ambiente essencialmente educativo.

Mesmo reconhecendo a amplitude do trabalho educativo e da importância dos tantos sujeitos nele envolvidos, destacamos o professor, o estudante e o conjunto da comunidade educativa como centrais no processo pelo envolvimento direto para concretizar os objetivos destacados para a escola.

Muitos autores os autores veem nos chamar a atenção no sentido de nos ajudar a pensar de maneira mais reflexiva acerca do presente contexto educacional. Além disso, veremos no decorrer do trabalho que eles defendem a autonomia da escola, no que concerne a estruturação do P.P.P, ou seja, segundo eles é necessário que haja uma certa rejeição da influência burguesa em relação aos direitos escolares e de acordo com os mesmos, necessitamos mais do que nunca, lutarmos em prol de direitos iguais para todos os estudantes, principalmente na maneira de ensinar.

A escola é o espaço onde todas as ideias se encontram, espaço oportuno para construção de ideias de respeito e valorização do ser humano capaz de conviver com as diferenças e desenvolver atitudes de humanidade e empatia.

É preciso repensar a construção do p.p.p, e evidentemente que quem precisa fazer isso é a própria escola, levando sempre em conta os seus alunos. Se formos fazer uma retrospectiva do nosso passado, poderemos perfeitamente nos dar por conta que os Gregos foram os que primeiro trataram e refletiram acerca do mecanismo educacional, e há evidências de que eles tenham sido os primeiros a relacionarem o político com o pedagógico. A política para eles é possuidora de uma conotação distinta da política atual, pois ela visa a boa formação e a felicidade de todo e qualquer cidadão. Será que o P.P.P. apresenta alguma função favorável às instituições? Quanta a isso não há dúvida, pois, o mesmo busca dar a ela uma direção e uma melhor organização interior.

Gradativamente, o espaço escolar vai sofrendo as transformações necessárias à sua constituição como espaço verdadeiramente educativo, democrático e de exercício de cidadania. Espaço, portanto, que rompe com as amarras socioculturais que, historicamente, segregam seus diversos atores, de acordo com as atribuições de seus cargos, perpetuando a lógica colonialista de supervalorização do trabalho intelectual em detrimento do operacional (FREITAS, 2007).

Na perspectiva de desconstrução dessa lógica, há necessidade de repensar a organização do trabalho pedagógico e dos espaços e tempos da construção do conhecimento, transcendendo a formalização do currículo na sala de aula. Esse é um aspecto relevante para uma nova configuração do espaço educativo em que a atuação dos profissionais materializa o princípio freireano da corporificação das palavras pelo exemplo, ou seja, a escola é locus em que a efetividade do ato educativo reside principalmente nas ações empreendidas, mais que nos discursos e nas teorias (FREIRE, 2003).

Em uma acepção mais ampla, a educação acontece em todos os campos da escola e em seu entorno e é protagonizada por todos aqueles que, intencionalmente, transformam sua rotina de trabalho em ação educativa. Sob essa ótica, são considerados profissionais da educação todos os servidores envolvidos direta ou indiretamente nos processos educativos e de gestão da escola, independentemente de suas frentes de

atuação. Os profissionais da educação são sujeitos fundamentais da ação educativa e, por isso, devem assumir o compromisso com a formação integral do estudante. As relações estabelecidas entre os profissionais da educação e a comunidade, os estudantes e seus pares são determinantes para atingir os objetivos expressos no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Para tanto, é necessário repensar sempre a prática, que deve ser pautada por estudos continuados e pela autoavaliação, compreendendo a incompletude essencial que os constitui como seres humanos, percebendo-se como sujeitos transformadores, críticos, criativos e éticos. É necessário, pois, considerando as determinações geradas pela diversidade de contextos de atuação, avançar na proposta de fortalecimento das carreiras da educação, evidenciando uma formação inicial e continuada de qualidade, de acordo com as novas demandas sociais e a valorização dos profissionais. O desafio está em proporcionar as condições necessárias ao desenvolvimento do senso de pertencimento ao meio educacional, de modo que todos os profissionais da educação sintam-se igualmente competentes e comprometidos com as aprendizagens dos estudantes, motivados e valorizados socialmente.

Na concepção de formação integral do ser humano ao qual deve se propor um PPP com a temática dos Direitos Humanos é preciso compreender a necessidade de oportunizar ao educando ser autor de sua história, sujeito de direitos e deveres para que assuma uma postura responsável, ética, autônoma e solidária. Para que nossos jovens compreendam seu papel, deve ser despertado seu desejo e curiosidade de aprender e manifestar uma atitude sociável de respeito aos outros. Deve ser capaz de realizar escolhas que tenham em conta a defesa da saúde, da qualidade de vida, da tolerância, do respeito a si mesmo e ao próximo, da não violência e a preservação ambiental.

Nesse sentido, a formação deve caminhar para que os sujeitos tenham a capacidade de atuar com ética; possam conviver em sociedade e desenvolvam e sua capacidade de se autocompreender e compreender o mundo em que vivem, para nele agir como promotores da justiça social e ambiental. Além disso, há que se pensar no desenvolvimento inclusivo, segundo o qual a ruptura com algumas representações sociais, fomentadoras da discriminação e do preconceito; o exercício da alteridade e da resiliência, acompanham transversalmente o processo de escolarização.

Em uma ESCOLA CIDADÃ as experiências acumuladas pelos estudantes, em seus contextos sócio-históricos, devem ser consideradas, de modo a promover a significação da aprendizagem e o protagonismo individual e coletivo das forças que advém dos espaços além-muro, potencializando-as para a promoção e exercício da cidadania plena.

A efetiva participação das crianças e jovens nas instâncias gestoras da escola também se configura como instrumento de exercício democrático e cidadão. Materializado na figura do grêmio estudantil, o fórum apropriado para o protagonismo de crianças e jovens alia-se ao contexto da sala de aula, com vistas ao desenvolvimento político e social daqueles que serão as futuras lideranças do país. As interfaces diversas entre educação, cultura, lazer, ciência e tecnologia deverão abarcar o universo escolar de modo a propiciar aos estudantes ambientes ótimos de aprendizagem, nos quais o respeito ao outro diferente de si, o senso de proteção às demais espécies, a convivência pacífica com a diversidade e, sobretudo, a autoestima são aprendidos e ensinados mediados pela corporeidade do exemplo.

Em razão disso, todo o projeto pedagógico da escola de certa forma é também um projeto político por estar inteiramente ligado ao compromisso sócio-político, e neste contexto está a temática dos direitos humanos.

Mas o que são Direitos Humanos? São considerados Direitos Humanos todos aqueles que asseguram que a pessoa humana terá desde do nascimento mínimas condições para se desenvolverem e participarem ativamente da vida em sociedade. Tais direitos não observam cor da pele, peso, idade, sexo, classe social, profissão, religião ou opção sexual.

Os direitos humanos são universais e estão profundamente ligados a ser humano. No sentido de ser humanizado com o próximo. Foi em 1948 que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, abriu espaço para que a sociedade pudesse discutir e entender os Direitos Humanos como um processo de mudança necessário na sociedade. No Brasil a concretização veio na Constituição de 1988, quando o Estado Brasileiro, reconheceu a dignidade da pessoa humana e seus direitos ampliados de cidadania.

Paulo Freire no diz que educar é um processo coletivo no sentido de tornar as pessoas conscientes de suas realidades e cidadão conscientes capazes de reconhecer e lutar pelos seus direitos. Já Candau nos afirma que a Educação em Direitos Humanos é essencial para que uma sociedade seja considerada democrática.

Embora a realidade das escolas ainda seja complexa no que diz respeito a Educação em Direitos Humanos é possível ver autonomia no processo de construção do projeto político pedagógico dentro do próprio ambiente escolar. Faz se então necessário a adoção de um PPP comprometido com os direitos humanos na intenção de esclarecer nossos estudantes na perspectiva de adotarem atitudes, comportamentos e crenças de tolerância, respeito, aceitação, empatia e disponibilidade que os possibilitem viver numa sociedade mais justa e condescendente.

Dentro desse contexto, Nogaró nos diz que a ausência de um P.P.P. impossibilita o desenvolvimento educacional de toda e qualquer escola. É claro que a escola sem ele caminha, mas para aonde? Na verdade, o político juntamente com o pedagógico é visto como um processo contínuo de reflexão e discussão dos problemas da escola, tentando assim encontrar meios favoráveis a efetivação de sua intencionalidade constitutiva, levando assim, todos os membros da comunidade escolar o exercício da cidadania. Ora, uma das coisas que precisamos saber, é que não se pode entender a questão política-pedagógica como mecanismos dissociados e/ou avulsos, quando ambos andam juntos.

O P.P.P. preocupa-se em propor uma forma de organizar o trabalho pedagógico visando uma superação dos conflitos, buscando rechaçar as relações competitivas, corporativas e autoritárias.

Na tentativa, de acabar com a rotina do mundo interno da instituição. A maior obrigação da escola é educar e, por falar em educação, sabemos que ela é um dos fatores responsáveis pela transformação e evolução da sociedade. Portanto, precisa dar a sua contribuição. Ela ajuda os educandos à “abrir os olhos” no sentido de perceberem e defenderem seus direitos perante a sociedade, proporcionando-lhes uma maior visão acerca do que compete a eles desenvolver na sociedade em que estão inseridos.

Mais ou menos nessa linha Gadotti enfatiza o seguinte: “Todos não terão acesso à educação enquanto todos – trabalhadores e não trabalhadores em educação, estado e sociedade civil – não se interessarem por ela. A educação para todos supõe todos pela

educação” (2001, p.40). É sabido que o P.P.P. está relacionado com a organização do trabalho pedagógico em pelo menos dois momentos decisivos, os quais, com base em Ilma citaremos a seguir: “como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imitado, procurando observar a visão da totalidade” (1995, p.14).

Entretanto, é necessário entender que o P.P.P. da escola, oferecerá caminhos indispensáveis à montagem do trabalho pedagógico, que engloba o trabalho do docente na ação interna da sala de aula já ressaltado acima. Para a organização desse projeto é de suma importância a ação de todos os que fazem parte do funcionamento da escola, inclusive os pais dos alunos que freqüentam a mesma. Com isso, fica claro que é preciso agir em conjunto, só assim, é possível haver um bom funcionamento no dia-a-dia da vida escolar. Segundo Ilma, para que a construção do P.P.P. seja efetivada não necessariamente se deve induzir os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, mas oferecer oportunidades que lhes possibilitem aprender a pensar e a moldar o projeto pedagógico da melhor maneira possível (1995, p.15).

Isso nos possibilita entender que a escola não deve seguir normas impostas pelo poder centralizador, mas sim “caminhar com suas próprias pernas”. Pois a escola dessa forma, ou seja, seguindo as ordens da elite, passa a ser vista como inserida na sociedade capitalista, a qual, reflete no seu bojo as determinações e contradições da sociedade menos favorecida. Sobre isso Gadotti diz: “Existem muitos caminhos, inclusive para a aquisição do saber elaborado. E o caminho que pode ser válido numa determinada conjuntura, num determinado local ou contexto, pode não ser em outra conjuntura ou contexto” (2001, p.40).

Em vista disso, podemos concluir que é extremamente necessário que haja uma cisão entre a imposição da classe dominante e a organização escolar, e essa ao nosso ver é uma coisa que já deveria ter sucedido há muito tempo, a escola necessita acordar para isso e lutar por sua própria autonomia.

A esse respeito, Gadotti afirma o seguinte: “todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o

presente” (2001, p. 37). De acordo com a autora deve haver uma digna igualdade entre as classes sociais no âmbito de acesso e permanência na escola. Isso significa que não se podem favorecer alguns como normalmente acontece e desmerecer os demais. No olhar de Saviani só será possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia no ponto de chegada. Caso contrário cai-se sempre no mesmo abismo.

Nessa perspectiva, a construção do P.P.P torna-se um verdadeiro instrumento de peleja, ou melhor, é um meio de se opor à fragmentação do trabalho pedagógico e sua constante rotina, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central. Não é difícil entender que a gestão democrática, no interior da escola, é um princípio nada fácil de ser consolidado, devido tratar de uma participação relativamente crítica na elaboração do P.P.P. e na sua gestão. É plausível termos bem claro que um dos pontos centrais do P.P.P. é sem dúvida a preocupação com a forma que se processa o ensino na sala de aula, na intenção de formar cidadãos capacitados e que possam sem maiores problemas interagir na vida socioeconômica, política e cultural do país.

Para que isso de fato ocorra, é necessário que os profissionais ligados à educação estejam continuamente inovando seu modo de ensinar e continuem sempre aprimorando seus conhecimentos.

Na concepção de Ilma, a escola de forma global, dispõe de pelo menos dois tipos básicos de estruturas: administrativas e pedagógicas. Sendo que, as primeiras garantem praticamente, a locação e a gestão de recursos físicos e financeiros. Além disso, é preciso levar-se em conta todos os elementos materiais como, a arquitetura do edifício escolar e a maneira como ele se apresenta no ponto de vista de sua imagem, incluindo também equipamentos e materiais didáticos, mobiliário, distribuição das dependências escolares e espaços livres, levando-se em conta, limpeza, saneamento básico... Ao passo que, as pedagógicas têm além de outras as funções a de teoricamente, organizar as funções educativas para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades..

Após estas considerações, passaremos a uma breve análise curricular. E a esse respeito, veremos que na organização curricular se fazem indispensáveis alguns pontos



básicos. “O primeiro é de que o currículo não é um instrumento neutro” (Passos, 1995, p.27), mas um mecanismo que implica uma análise e interpretação crítica, voltada tanto à cultura dominante, quanto à cultura popular. Portanto, em última instância o currículo reflete uma cultura.

Se o currículo reflete uma cultura é totalmente possível incluímos nos currículos do ensino fundamental ações de ensino e aprendizagem que promovam a internalização da Educação em e para Direitos Humanos que possibilitem que nossos estudantes sejam sujeitos do processo a assumirem atitudes de luta e de transformação, diminuindo a distância entre o discurso e a prática dos Direitos Humanos no cotidiano.

No segundo ponto vamos ver que o currículo jamais poderá deixar de lado o contexto social, já que ele é historicamente situado e culturalmente determinado. O terceiro ponto, tem por objetivo um tipo de organização curricular que a escola deveria adotar, e sobre isso Ilma diz: “a escola deve buscar novas formas de organização curricular, em que o conhecimento escolar estabeleça uma relação aberta e inter-relacione-se em torno de uma idéia integradora” (Bernstain apud Passos Veiga, 1995, p.27).

A percepção de incluir Direitos Humanos no projeto político pedagógico da escola é relativamente nova. No ano de 2007 a Secretaria Especial de Direitos Humanos junto com o ministério da justiça e representantes da sociedade civil, elaboraram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. O objetivo do PNDE é a efetivação da democracia, desenvolvimento da justiça social e a construção da cultura de paz.

O PNDE se aproxima dos conteúdos propostos pelos parâmetros Curriculares Nacionais, relativos aos Temas Transversais. Educar para os Direitos Humanos “significa criar no educando uma consciência cidadã fazendo com que ele seja capaz de identificar os direitos básicos da cidadania (...) se faz necessário ainda que aprenda a lutar por esses direitos” (SILVA, 2009 p. 139).

Baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o chamado currículo integração, procura minimizar o isolamento entre as distintas disciplinas curriculares, buscando uni-las num todo mais amplo. Já, o quarto e último ponto está voltado à questão do controle social, onde o currículo é tido como formal implicando assim, um certo controle, no sentido de, na medida do possível, mantê-lo atualizado, buscando

atender as exigências globais do que diz respeito aos alunos oriundos das distintas classes sociais.

É importante notar que o controle social, objetiva indicar o chamado currículo oculto, entendido este como as “mensagens transmitidas pela sala de aula e também pelo ambiente escolar” (Corbleth apud Passos Veiga, 1995, p.28) e segue o mesmo conclamando que o resultado do currículo oculto “estimula a conformidade a ideais nacionais e convenções sociais ao mesmo tempo em que mantêm desigualdades socioeconômicas e culturais” (Veiga, 1995, p. 28).

Ainda citando Candau, é importante frisar que Educação em e para Direitos Humanos é nada mais que construir estratégias pedagógicas possíveis para que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional e inseridos nas escolas sejam capazes de exercer sua cidadania de forma coerente e desafiadoras, que vivenciem os Direitos Humanos em sua totalidade através dos ensino ocorrido também dentro das salas de aula.

É necessário e urgente que a temática dos Direitos Humanos seja inseridas na organização curricular e penetre a cultura escolar e os diferentes níveis de ensino, bem como a sociedade em geral.

Necessitamos estar cientes de que a orientação e organização curricular voltada a fins emancipatórios implicam, inicialmente desvelar as visões sucintas de sociedade, entendida como um todo homogêneo, e de ser humano como, alguém que está sempre apto a aceitar papéis voltados a sua adaptação ao contexto em que está inserido. No entanto, o controle social numa visão crítica, é um apoio direcionado para a contestação e a resistência ideológica incluída nos currículos escolares.

Aqui, todos somos convidados a canalizar o olhar para a importância do tempo na organização do trabalho pedagógico. E o que constitui esse tempo é o calendário escolar. É ele que vai indicar o início e o fim do ano, indicando os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide, os feriados estabelecidos, as datas programadas à avaliação, tempos reservados para reuniões técnicas, cursos...A fim de modificar a qualidade do trabalho pedagógico, se faz necessário que a escola reformule seu tempo já estabelecido, proporcionando momentos de estudo e reflexão envolvendo

os educadores, na tentativa de assegurar que a escola é possuidora de uma instância de educação continuada.

No entanto, se faz necessário que os professores mergulhem com mais profundidade no conhecimento a respeito dos alunos e do que eles estão estudando. Além do mais, é preciso tempo para que os estudantes se programem e estabeleçam momentos de estudo que vão além da sala de aula.

Se fizermos uma vistória relacionada ao que dissemos no linear do trabalho, poderemos perceber que uma escola sem P.P.P. fica perdida, vai para todo lado, mas nem um serve. E aí poderíamos nos perguntar; como fica a questão educacional? Eis aí a fundamental importância da função desencadeada pelo P.P.P. Vimos que ele é tido como um guia e ou indicador que dá firmeza e segurança a escola e ao mesmo tempo exerce o papel de canalizá-la rumo a um verdadeiro e significativo progresso.

A saber, uma escola que não dá importância ao P.P.P., indiretamente também não valoriza o processo educativo. No entanto, se assim for, jamais poderá pensar numa evolução, mas num destino cada vez mais regressivo, descambando a cada dia num fracasso continuado pelo insucesso.

Infelizmente hoje em nosso país existe uma grande violação dos direitos humanos, e pouco é se falado a respeito em nossas escolas. A escola citada no referido trabalho fica na periferia do Distrito Federal, numa cidade satélite chamada São Sebastião. A cidade fica localizada na região sudeste do Distrito Federal, a 25,6 km do centro de Brasília e foi criada em 25 de junho de 1993. São Sebastião é uma antiga “agrovila” que se transformou em cidade satélite. Foi o berço das pioneiras olarias que fabricavam os tijolos para a construção de Brasília. Sua localização privilegiada, que inicialmente atraiu trabalhadores da construção civil e de serviços domésticos, hoje atrai uma população diferenciada.

Por estar situada na periferia de Brasília, a escola enfrenta todo tipo de problema relacionado ao uso e tráfico de drogas, situações de menores em risco social e muitas famílias dependentes dos programas do governo que pouco conhecem sobre seus direitos e também deveres. Nesse contexto a Educação em e para os Direitos Humanos se faz cada vez mais necessária e urgente.

A era contemporânea dos nossos jovens está cada vez mais conflituosa e a Educação em Direitos Humanos visa fortalecer o processo de empoderamento do sentido de cidadania e o fortalecimento da democracia e sentimento de lutar por uma sociedade mais justa e sem tantas desigualdades.

Um Projeto Político Pedagógico que contemple a educação em e para os direitos humanos contribui para a formação cada vez mais cedo de adolescentes conscientes de seu papel transformador das gerações futuras. Outra função do PPP é repensar o currículo e suas ações dentro do ambiente escolar.

Por tratar-se de um espaço privilegiado para o estabelecimento de relações humanas das mais diversas, a escola pode também mostrar em pequena escala os mais distintos problemas apresentados na sociedade. Em se tratando das relações de nossos alunos no mundo em que vivemos é possível perceber o quanto que diversos problemas podem e afetam a aprendizagem de diferentes maneiras: separação dos pais, perda de familiares e a falta de presença mais efetiva da família na criação dos filhos que vem prejudicando o rendimento dos alunos. Há reclamações constantes por parte dos professores da escola no sentido de que os pais acompanhem a vida escolar do filho. Talvez um de nossos maiores desafios ao proporcionar uma educação de qualidade é fazer com que a família esteja sim mais presente nesse processo<sup>1</sup>. Todo o trabalho da educação, que tem por foco o aluno, é realizado em conjunto por meio da escola e da família.

O ambiente escolar é um dos locais mais apropriados para o debate e a aprendizagem da temática dos Direitos Humanos. E a comunidade escolar a maior responsável pela sensibilização de todos que dela participam na defesa de seus direitos. Todos juntos devem se mobilizar para transformar seu mundo em um local mais justo, de coletividade econômica com valores humanos igualitário e pessoas mais tolerantes.

A sociedade de hoje é multicultural. Somos todos diferentes em tamanho, cor da pele, peso, opção sexual, religião. Logo, a Educação em Direitos Humanos precisa assegurar que todos os envolvidos no processo educacional tenha condições de lutar por uma sociedade sem fronteiras de direitos, a educação deve propor que se busque uma realidade onde a violação dos direitos seja cada vez menos frequentes,

nesse sentido o PPP deve contribuir com projetos onde nossos estudantes possam se reconhecer no outro trabalhando sempre no sentido de empatia, com atitudes mais participativas e solidárias nos grupos nos quais estão inseridos.

No ensino Fundamental II, que abrange do sexto ao nono anos, a promoção de ações conscientes se fazem urgente uma vez que é nesse segmento da Educação que a o maior indica de evasão do processo educacional. Muitos jovens abandonam a escola por não terem acesso a totalidade de seus direitos. É necessário urgência para se diminuir a distância entre o discurso e a pratica da temática dos direitos humanos no cotidiano.

O ensino dos Direitos Humanos no ensino fundamental cria nos jovens uma consciência cidadã que faça com que possam reconhecer e identificar seus direitos básicos de cidadania. De acordo com (SILVA, 2009 p. 139). O PPP então deve se aproximar de forma concreta dos parâmetros curriculares nacionais, dentro do tópico dos temas transversais.

De posse dos conhecimentos adquirido na escola através do PPP, os educandos se tornarão aptos a promover a defesa e ao mesmo tempo a luta pelos Direitos Humanos. A educação é sem dúvida o melhor e maios instrumento de combate da intolerância e desrespeito em qualquer ambiente e em qualquer tempo. Candau ( 2007) no diz que o “ importante em Educação em Direitos Humanos é ter a clareza do que se pretende atingir e construir estratégias curriculares e pedagógicas coerentes com a visão que assumamos, privilegiando a atividade e participação dos sujeitos envolvidos no processo.”

Entretanto é um desafio dos nossos educadores a vivencia em sua totalidade da Educação em e para os Direitos Humanos. É uma luta cultural a imposição da temática em todas as esferas da educação. Primeiro é essencial reconhecer a necessidade de se trabalhar no dia a dia a implementação dos Direitos Humanos em todos os segmentos da Educação, independentemente da idade dos educandos.

Para tal se faz presente uma reflexão profunda acerca da pratica pedagógica prática pedagógica desenvolvidas na escola. De acordo com Benevides ( 2001) há três pontos essências para se refletir acerca dessa pratica : 1- educação de natureza continuada, permanente e global; 2- uma educação verdadeiramente voltada

para mudança; 3- uma assimilação dos valores humanos capazes de atingir corações e mentes não apenas como conhecimento adquirido mas com mudança do paradigma de vida .

Nesse contexto se fazem presentes todo os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem de nossos educandos. Sendo eles, professores e familiares. Qualquer coisa fora disso não pode ser considerado Educação em Direitos Humanos. Portanto podemos concluir que a Educação em Direitos Humanos é muito mais que uma matéria do currículo ou um projeto apenas inscrito no PPP. É uma educação que deve se alcançar o coração e não somente o cérebro.

Os educadores devem perceber a obrigação de formar em nossos jovens uma cultura de respeito à dignidade humana, tolerância e empatia através da vivencia dos valores mais básicos possíveis: respeito, tolerância, igualdade, solidariedade, cooperação, amor próprio e paz. Assim se dá a chamada ESCOLA CIDADÃ.

A implementação da Escola Cidadã se dá em primeiro lugar pela formação de seus professores/educadores. É necessário que as ações desses educadores devam ter coerência com suas atitudes do dia a dia para que não fique desarticulado a prática do discurso. De acordo com (TAVARES, 2007 p. 487) a Educação em Direitos humanos inclusive dos educadores, faz parte de um processo educativo que deve se estender ao longo da vida.

A escola Cidadã nos torna, a todo envolvidos no processo de ensino/aprendizagem, mais humanos. Tornar-se um de nós, com nossa própria identidade pessoal e social, de acordo com o módulo 4 no nosso curso que nos convida, a nós educadores e ao mesmo tempo educando para refletirmos nossa prática numa perspectiva crítica e reflexiva.

O PPP deve propor uma escola cidadã, dinâmica e viva, onde as ações corroborem para a resignificação da postura e das ações das pessoas em sociedade. É imprescindível que o processo mesmo de ensino/aprendizagem de Ciências Humanas, assim como o de Ciências Naturais e da Matemática, seja um processo que se realize de forma a dar a oportunidade de participação para todas as pessoas envolvidas. Dessa forma, é mais apropriado se dizer que não se deve apenas „educar para a cidadania, mas, também, educar pela cidadania (Lúcia Paulimo, 2005).

Educar para e pela cidadania no ensino fundamental II, corrobora a ideia de que Educação em Direitos Humanos visa a formação plena, em todas as áreas da vida de nosso educandos não apenas na aplicação dos conteúdos educativos, mas principalmente de uma educação que ultrapasse os muros da escola. Para isso é necessário que os educadores ousem, diversifiquem suas práticas educativas, sejam imaginativos.

E louvável que nossos educadores possibilitem aos educandos que pensem livremente e de forma consciente sobre a questão dos Direitos Humanos propondo debates, situações reais, questões da mídia, considerando o erro como tentativa de acerto e parte do processo de construção do conhecimento por ser a própria sala de aula um espaço de exercício da cidadania.

A escola cidadã e que ensina a prática dos direitos humanos implica um currículo aberto e interdisciplinar. Dessa maneira fica claro que a temática não deve ser discutida apenas a partir de uma disciplina específica. Mas toda escola, em todas as disciplinas devem assumir a tarefa de educar para e em Direitos Humanos. Todos os educandos que fazem parte do corpo docente, de todas as disciplinas devem ser promotores da Educação em Direitos Humanos.

Embora a presença dos Direitos Humanos nos currículos escolares seja bem discreta, é obrigação da escola e de seus gestores que o PPP englobe a temática como parte de uma ação transformadora, intencional, reflexiva e sistemática que potencialize nos educandos capacidades de produzir mudanças profundas no ambiente em que vivem.

A visão interdisciplinar que a escola cidadã e a Educação em Direitos Humanos requer compreensão de seu significado e sua práxis. É na elaboração e ou construção do projeto político que os participantes refletem sobre suas práticas, resgatam, reafirmam e atualizam os seus valores na troca com os valores de outras pessoas, explicitam os seus sonhos e utopias, demonstram seus saberes, dão sentido aos seus projetos individuais e coletivos, reafirmam as suas identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos. Esse movimento visa à promoção da transformação necessária e desejada pelo coletivo escolar e comunitário. (PADILHA, 2004 p. 147).

Dessa forma, a equipe pedagógica e a comunidade escolar, obtenha um novo olhar sobre a realidade intolerante de nossa sociedade e que despertem em si mesmo o desejo de realizar ações condizentes com os princípios dos direitos humanos. A construção conjunta do PPP deve despertar a sensibilização e a conscientização da equipe e comunidade sobre a importância do diálogo nas relações humanas e a necessidade de mudança de conceitos e atitudes.

É importante frisar que a construção de um PPP é feito na interação das experiências pessoais e coletivas de todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem da escola em questão. O PPP não é um documento imutável, ao contrário, deve ser um documento mutável e flexível que se adapte à realidade escolar do qual está inserido. Um dos objetivos principais do PPP é ajudar na construção de uma escola possível, acessível, atual e interessante

A história da modernidade sofreu uma profunda cisão com o término da Segunda Guerra Mundial (1945), ao ponto em que muitos teóricos caracterizam estes novos tempos como pós-modernidade ou modernidade tardia. O fato é que esse momento representou a culminância da Crise da Ordem Burguesa, movimento que questionou o status quo ao tempo em que propôs algo novo. Trata-se de um passado que não mais queremos e de um futuro que ainda não sabemos bem o que será.

Numa concepção marxista, a proximidade das grandes sínteses acentuam as antíteses. A discussão dos direitos humanos ganhou novo fôlego, no sentido de consolidar o ideal humanitário iluminista, ao mesmo tempo em que representou uma frenagem nos excessos individualistas burgueses desse discurso. Houve momentos em que os direitos humanos foram associados, por interesses escusos, discussões simplistas e rasas, à proteção de criminosos, quando, de fato, todos temos trabalhado pela construção de um mundo mais justo, mais humano, mais solidário e responsável. Portanto, somos todos defensores dessa bandeira.

Outra questão com a qual precisamos dialogar é a mensagem imposta de que a discussão dos direitos humanos se dá no sentido de justificar os erros dos que os cometem. Muito pelo contrário. Dá-se no sentido de explicá-los de forma a evitá-los em nós e nos outros. Essa discussão surgiu no bojo de um tempo em que tínhamos tudo para desacreditar da humanidade.



Foi uma tentativa de resgate do que há de melhor no humano, sem a ingenuidade de desconsiderar suas limitações. Surgiu como uma profunda crença na humanidade e em função da desidealização do ser humano. É em nome dessas limitações que precisamos levantar a bandeira da defesa de direitos para todos – tanto os que são vistos como vítimas quanto os que são vistos como algozes –, apenas com o cuidado de ajudar a pensar o que leva os supostos algozes a esses processos. Trata-se da discussão de perceber, reconhecer, considerar o outro, ainda mais se este se mostra fragilizado.

E esta não é, ao contrário do que muito se pensa, uma discussão pelo outro apenas. É um caminho possível para a continuidade da espécie humana. Ao fazermos pelo que se encontra em condição de maior vulnerabilidade, estamos fazendo pela espécie à qual pertencemos e garantindo a sua continuidade. A nossa continuidade. É a certeza de que o meio ambiente começa dentro da gente, perpassa pela convivência social e continua para além do ser humano.

Ao contrário do que defende o senso comum, estudos no mundo inteiro vêm demonstrando que, quando devidamente acompanhados, sujeitos em contexto de vulnerabilidade respondem positivamente aos processos de (re)socialização. Contudo, apesar de iniciativas que vêm sendo desenvolvidas por vários setores da sociedade civil e do próprio Estado, ainda percebemos um desconhecimento e um descumprimento dos indicadores que vêm sendo propostos pelos múltiplos órgãos e setores que compõem a rede de proteção social.

Questionada quanto ao que seria dos nossos jovens, ainda na década de 1950, Hanna Arendt, cientista política e filósofa alemã respondeu: “o que nós ensinarmos a eles”. Obviamente, Arendt reconhecia a autonomia do sujeito-criança e do sujeito-jovem ante os caminhos que o mundo lhes propõe, mas reconhecia também que entregar o mundo às crianças e aos jovens sem lhes apresentar a rede de significados que os precede seria entregá-los ao abandono (ARENDR, 2001). Almejamos, assim, promover, com auxílio de toda a rede, a construção de uma política intersetorial de educação “em e para” os direitos humanos, para o desenvolvimento sustentável e para uma socialização saudável. O que se dará, de acordo com a nossa compreensão, pela:

- Implementação de uma política pública intersetorial para o atendimento escolar de crianças em situação de medidas de proteção, adolescentes e

ou jovens em situação de medidas socioeducativas e adultos que se encontram em cumprimento de pena nas prisões.

- Fomentação da formação continuada da comunidade escolar do Distrito Federal no que tange às temáticas de educação “em e para” os direitos humanos, de desenvolvimento sustentável e de socioeducação.
- Oferta de suporte e apoio à comunidade escolar do DF, relativamente a possíveis dificuldades e desafios apresentados pelo cotidiano das relações sociais que se estabelecem no ambiente escolar.
- Elaboração e divulgação de orientações pedagógicas que auxiliem a comunidade escolar no enfrentamento dos desafios gerados no cotidiano escolar.

Ao entendermos a educação “em e para” os direitos humanos como caminho privilegiado para a manutenção da espécie humana, considerando nossa crença no humano e ante o contexto que se apresenta e as possibilidades infinitas de sua (re)socialização, percebemos e defendemos a emergência e importância dessa discussão para a rede.

## **CEF DO BOSQUE E O PROJETO POLITICO PEDAGOGICO.**

São Sebastião é uma antiga “agrovila” que se transformou em cidade satélite. Foi o berço das pioneiras olarias que fabricavam os tijolos para a construção de Brasília. Com o tempo, partes destas olarias foram desativadas e os chacareiros que ali residiam foram desmembrando suas propriedades e doando pequenos lotes, surgindo assim um pequeno núcleo rural. O preço baixo da terra, a falta de regularidade do solo e a beleza do local contribuíram para o crescimento acelerado da cidade. Sua localização privilegiada, que inicialmente atraiu trabalhadores da construção civil e de serviços domésticos, hoje atrai uma população diferenciada.

A cidade fica localizada na região sudeste do Distrito Federal, a 25,6 km do centro de Brasília e foi criada em 25 de junho de 1993. Seu nome veio de uma homenagem a um dos pioneiros da cidade, Sebastião Azevedo, conhecido por “Seu Sebastião”. Era Seu Sebastião quem retirava areia ao longo do Rio São Bartolomeu e o

material era vendido para as construtoras da Companhia Urbanizadora de Brasília (Novacap). Por causa desta atividade ficou conhecido como "Tião Areia", cidadão muito conhecido e respeitado na região<sup>2</sup>.

Com o crescimento demográfico desordenado, as escolas que aqui existiam não puderam mais comportar o número de alunos da cidade. Na época a antiga Fundação Educacional se viu obrigada a construir novas escolas para atender esta demanda, contexto este que propiciou o surgimento do CEF do Bosque. No ano de 1996, os alunos que restaram da estratégia de matrícula do CEF São Paulo foram levados a estudar em um galpão improvisado, onde hoje funciona a Feira Permanente da cidade, até o término da construção de nossa escola.

Inaugurado em 12 de julho de 1997, através da Resolução nº 5.420 do Conselho de Educação do Distrito Federal, o CEF do Bosque possui uma área de 2.730,21 m<sup>2</sup>. No entanto, desde novembro de 1996, conforme mencionado, a escola já funcionava com seis turmas de quinta e sexta séries do Ensino Fundamental atendendo a comunidade. Apesar de ser um Centro de Ensino Fundamental, a escola já atendeu os mais diversos segmentos da Educação Básica, a fim de suprir as demandas existentes em diferentes turnos. De 1997 a 2007, por exemplo, o CEF do Bosque atendeu as séries iniciais do Ensino Fundamental. Entre 1997 e 2009 a escola funcionou no turno da noite atendendo a demanda pelo Ensino Médio.

O Centro de Ensino Fundamental do Bosque está localizado à área Institucional nº 02, no bairro Residencial do Bosque na cidade satélite de São Sebastião. A escola é mantida pelo Estado do Distrito Federal e administrada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Inicialmente a escola pertenceu à Diretoria Regional de Ensino (DRE) do Núcleo Bandeirante, no ano de 1999 passou a pertencer a DRE do Paranoá e, atualmente, pertence à DRE de São Sebastião. O CEF do Bosque recebeu este nome em função do bairro em que se encontra e devido à existência de um parque ecológico próximo a escola, o qual também tem o mesmo nome. Hoje a escola funciona em dois turnos e atende aproximadamente mil alunos. As modalidades de ensino hoje ofertadas são as séries finais (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup>) do Ensino Fundamental de oito anos e a Educação Especial.

Por tratar-se de um espaço privilegiado para o estabelecimento de relações humanas das mais diversas, a escola pode também mostrar em pequena escala os mais distintos problemas apresentados na sociedade. Em se tratando das relações de nossos alunos no mundo em que vivemos é possível perceber o quanto que diversos problemas podem e afetam a aprendizagem de diferentes maneiras: separação dos pais, perda de familiares e a falta de presença mais efetiva da família na criação dos filhos que vem prejudicando o rendimento dos alunos.

Há reclamações constantes por parte dos professores da escola no sentido de que os pais acompanhem a vida escolar do filho. Talvez um de nossos maiores desafios ao proporcionar uma educação de qualidade é fazer com que a família esteja sim mais presente nesse processo<sup>3</sup>. Todo o trabalho da educação, que tem por foco o aluno, é realizado em conjunto por meio da escola e da família.

O CEF do Bosque procura proporcionar aos estudantes o desenvolvimento da consciência crítica para discernir as diferenças existentes; produzir novas formas de expressão artístico-cultural e tecnológica para compreender o mundo em que vive. Incentiva-se a integração dos conteúdos e disciplinas com ações e projetos discutidos em coordenação, com o intuito de preparar o aluno para a vida em sociedade, para enfrentar o mercado de trabalho e acima de tudo, para continuar seus estudos. Há um incentivo na busca do conhecimento através da valorização da história e da cultura local, mostrando a importância dos conhecimentos gerais para sua vida profissional e pessoal. Ao pensarmos em uma educação de qualidade, concordamos com Libâneo no sentido de que esta é

(...) aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.<sup>4</sup>

Para uma educação de qualidade a proposta do cef do bosque acredita que se deva pensar na formação do aluno de maneira integral, desenvolvendo todas as suas

potencialidades. A formação deste aluno é feita a partir dos chamados “pilares para a educação” do século XXI, conforme vemos no pensamento de diversos pedagogos: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender. Estes são caminhos que podem sim nos levar a uma formação integral de um indivíduo mais crítico com o auxílio da família para tornar-se um cidadão consciente no mundo que habita.

Na escola se prioriza as relações humanas, destacando a ética e o compromisso com uma educação de qualidade para o nosso aluno. O conhecimento é construído através da leitura, da pesquisa, da interdisciplinaridade, da contextualização. Essa construção também ocorre quando acontecem as feiras: de ciências, de matemática, concursos literários, festival de música e teatro, gincana cultural, “vestibulinho” e passeios recreativos, jogos interclasses, aulas de reforço, aulas de música, projeto de leitura, laboratório de informática, etc. Na realização de debates e palestras, nas reuniões para construção dos projetos procuramos formar em nosso aluno a consciência crítica, mostrando seus direitos e deveres como aluno e cidadão.

Os temas transversais trabalhados pelos professores da Parte Diversificada, a divulgação e a discussão do rendimento interno da escola, são formas que encontramos de construir um código de ética nesta comunidade escolar. A postura do professor e da direção em relação a este tópico é bastante definida, incentivo de ambos durante o ano letivo, faz com que os alunos aprendam as normas de forma pacífica. A existência de uma reunião de abertura do ano letivo, que consta em uma apresentação pela equipe dirigente e do grupo de professores é justamente para buscar o estabelecimento de normas a serem seguidas pela comunidade escolar.

A escola considera fundamental mostrar aos pais e alunos que a disciplina e a ética são fundamentais para buscar a melhoria da qualidade de ensino. Quer dizer, a definição de direitos e deveres, o respeito mútuo, a postura, a roupa que usamos estão todos ligados diretamente com a formação do caráter. São utilizados recursos tecnológicos e audiovisuais como fonte de trabalho para tratar temas atuais como: sexualidade e DST, drogas, ética, violência, preconceito, meio ambiente, direitos humanos, visando a conscientização dos alunos e a sua inserção na sociedade. Existe também a preocupação de utilizar vídeos históricos, informativos e documentários visando à ampliação da visão de mundo de nossos alunos.

O Projeto Político-Pedagógico é uma ferramenta de planejamento, orientação e construção de diretrizes da rede pública de ensino do DF e, como tal, requer que as políticas e ações propostas sejam referência para o trabalho a ser desenvolvido em todas as instâncias. Devido a sua dinamicidade, requer uma avaliação/reestruturação a partir de novas ações que devem ser implantadas a partir dos estudos e discussões.

A escola ergueu-se sob o pressuposto de transformar crianças e jovens em estudantes. A escola que queremos adota outro procedimento: contribuir para transformação de estudantes em sujeitos de direitos e se as reformas não tiveram sucesso quanto ao escopo das transformações sociais, as inovações parecem ser a via que poderemos trilhar para realizar mudanças reais e não apenas potenciais. As mudanças somente se tornam efetivas quando produzidas, materializadas e/ou incorporadas pelas escolas.

A educação que se pensa para o nosso tempo assume o compromisso de promover a formação integral e integrada do ser humano, focada não só nas exigências do mercado de trabalho, mas também na construção de valores e atitudes capazes de gerar uma transformação positiva na realidade social.

A educação em e para os Direitos humanos que tem como pretensão permear Projeto Político-Pedagógico do Cef do Bosque, surge segundo a concepção de educação adotada pela SEDF, conforme a percepção multidimensional do ser humano, reconhecendo que os sujeitos constituem-se a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética, estética, considerando sempre a perspectiva das relações humanas. Em consonância com as concepções da ESCOLA CIDADÃ na perspectiva de ampliação de tempos e espaços educacionais, é válido reafirmar a importância de que a cultura, as artes e os esportes devem ser fomentados no itinerário escolar.

Porém, ao reconhecer a necessidade da construção de uma nova identidade para a escola pública, buscamos um novo formato para essa escola, com o papel sociointegrador, valorizando os saberes que os sujeitos produzem ao longo da vida. Nessa perspectiva, a educação em e para os Direitos Humanos perpassa todas as etapas e modalidades da educação básica, valorizando o diálogo entre os saberes formais e os

saberes socialmente construídos para que juntos adquiram sentido e sirvam como agente de mudança do ser e da sociedade em que ele está inserido.

Não deixamos de reconhecer que a sociedade contemporânea passa por profundas mudanças comportamentais, estruturais e tecnológicas, tornando-se mais complexa, e tal fato exige uma mudança na formação dos estudantes. Nesse contexto, entendemos que a educação assume função para além de escolarizar, visando à formação humana em suas múltiplas dimensões, pressupondo experiências compartilhadas com reciprocidade de interesses e cooperação.

Uma escola de qualidade tem em sua concepção uma educação voltada para os direitos humanos. Esses direitos podem ser assim entendidos: não basta garantir tempo ampliado de escolarização para crianças e adolescentes, é preciso assegurar a todos um tempo/espço ressignificado de convivência escolar e oportunidades concretas de aprender, pautadas no sucesso acadêmico e no reconhecimento e na valorização da diversidade. Ressignificar esse espaço é pensar na integralidade desse humano e propiciar os espaços de aprendizagens significativas que respondam a essa integralidade.

## CONCLUSÃO

A discussão sobre o P.P.P e a temática dos Direitos Humanos é fundamental para a implantação e o desenvolvimento de políticas e ações, sobretudo para a proposta educativa na perspectiva da cidadania, da inclusão, da formação integral e dos Direitos Humanos. Nessa linha de raciocínio, a escola cidadã não é o palco onde acontece o enredo da vida. Na escola cidadã desenvolvem-se as relações sociais, inclusive no sentido de alterá-lo. As relações sociais – educação, cultura, produção, trabalho, infraestrutura, organização política, mercado etc. – compõem essa nova escola de que estamos todos ansiosos.

Este projeto de educação evidencia a necessidade de que se estabeleça uma nova cultura de educação, gestão e avaliação das ações em todos os níveis e instâncias da rede pública de ensino tendo como conceito norteador de todo o processo a

cidadania, diversidade e DIREITOS HUMANOS. Ainda alguns eixos basilares são referência a essas ações. São eles gestão democrática, a educação integral e a territorialidade que orientam as decisões e procedimentos no campo administrativo e pedagógico.

A escola que nos propomos a construir é um espaço inclusivo e transformador no qual as pessoas dialogam, pensam, questionam e compartilham ideias, emoções e saberes. Uma escola autônoma para criar, colaborar e avaliar suas ações, que contribui ao pleno exercício da cidadania, da diversidade e dos Direitos Humanos.

UMA

As políticas ações educativas devem mobilizar os diversos setores do governo e da sociedade civil em busca de outros e possíveis caminhos, além de resgatar a ideia da sistematização da Educação em e para os Direitos Humanos, uma educação que ultrapassa as fronteiras da escola e articula espaços, servindo de referencial transformador da vida dos grupos sociais em que se situa.

Essas são questões iniciais que se impõem diante do desafio de promover uma educação que exige para além do movimento, do desejo e da necessidade de aprender e transformar, uma postura ética, solidária, política e inclusiva. Requer, também, que as relações humanas e sociais busquem novas formas de se constituírem, assim como a própria relação com o conhecimento precisa ser revisada diante das transformações que o mundo vem presenciando.

## **REFERÊNCIAS**

**ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. Pedagogia de projetos e direitos humanos: caminhos para uma educação em valores. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.**

**ARROYO, Miguel. Indagações sobre currículo: Educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília Ministério da Educação, Secretaria e Educação Básica, 2007. 52.**



**Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p. 1. Parâmetros curriculares.**

**CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teóricos e metodológicos. Disponível em: [http://www.redhbrasil.net/educacao\\_em\\_direitos\\_humanos.php](http://www.redhbrasil.net/educacao_em_direitos_humanos.php)**

**\_\_\_\_\_ Educação em Direitos Humanos no Brasil: realidades e perspectivas. In: CANDAU, V. e SACAVINO, S (org.). Educar em Direitos Humanos, Construir Democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000 c, p. 72-99.**

**Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade / Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 84 p.**

**FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.**

**LIMA, Elvira Souza. Indagações sobre currículo: Currículo e desenvolvimento humano. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília Ministério da Educação, Secretaria e Educação Básica, 2007. 56.**

**MORGADO, Patricia. Práticas Pedagógicas e Saberes Docentes na Educação em Direitos Humanos. Rio de Janeiro, 2001, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/25/patriciaлимamorgadot04.rtf>>.**

**MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo: Currículo, conhecimento e cultura. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília Ministério da Educação, Secretaria e Educação Básica, 2007. 48.**

**SAVIANI, Nereide. Saber escolr, currículo e didática: Problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 1998.**

**SILVA, Clemildo Anacleto da. Educação, Tolerância e direitos humanos: a importância do ensino de valores na escola. Porto Alegre: Sulina. Editora Universitária Metodista, 2009.**

**TAVARES, Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teóricos e metodológicos. Disponível em: [http://www.redhbrasil.net/educacao\\_em\\_direitos\\_humanos.php](http://www.redhbrasil.net/educacao_em_direitos_humanos.php)**